



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2013

ONCOLOGIA

Jornada de trabalho no Huse é questionada

“Há documentos com indícios fortes de que alguns médicos da Oncologia do Huse não cumprem a escala nem atendem à agenda dos pacientes”, disse Fábio Coelho, membro do Conselho Estadual de Saúde (CES). Coelho se refere às denúncias recentes realizadas pela ex-coordenadora do setor no Hospital de Urgências de Sergipe/João Alves (Huse), Rute Andrade.

“Trata-se de um número pequeno de médicos, mas que conseguem ecoar o que dizem”, falou. Segundo o conselheiro, dos 51 médicos do setor, oito não cumpriram integralmente seu horário de atendimento. Para piorar, a marcação biométrica do Huse não está funcionando.

O CES é uma instância administrativo-fiscalizadora, com amplos poderes sobre a saúde estadual. Segundo Coelho, são três os passos para apurar as supostas irregularidades. Primeiro, haverá a investigação dos dados e documentos fornecidos por Rute. Em seguida, acontecerá uma plenária extraordinária, quando será realizado um debate público com os médicos envolvidos. Não há data para a contestação.

Por fim, serão solicitadas atuações da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e da direção do Huse. “Se for o caso, solicitaremos ações rigorosas”, disse o conselheiro.

Vacas sagradas

Em matéria publicada no JORNAL DA CIDADE no mês passado, o conselheiro Fábio Coelho criticou a categoria médica por não defender o usuário. Ele também questionou o Ministério Público (MP) por não processar nenhum médico por ausências no serviço público. “A ênfase do Ministério Público é a saúde pública, pouco importando de onde vem a denúncia”, disse a promotora Euza Missano.

Ela acrescenta que o MP tem acompanhado as recentes denúncias. “Nem o Conselho Estadual nem o Municipal de Saúde apresentaram qualquer representação quanto à carga horária dos médicos. Se um médico não cumpre a carga horária devida, de qualquer modo o Estado e a Fundação devem ser notificados. A responsabilidade em fiscalizar a presença é do empregador”, frisou.

A promotora afirmou que um processo administrativo foi instaurado quanto ao ponto biométrico do Huse. “É um sistema falho. Deve haver outro tipo de registro complementar, pois ele tem problemas com frequência. Não há controle de entrada nem de saída”, disse. Euza afirmou que há a possibilidade de se ajuizar uma Ação Civil Pública contra a FHS para reestabelecer a biometria ou implantar outro meio de averiguação de presença.

▼ “CONSELHEIRO ESTADUAL DE SAÚDE, FÁBIO COELHO, DIZ QUE HÁ FORTES INDÍCIOS DE DESCUMPRIMENTO DE ESCALA MÉDICA NO SETOR”